

# Demonstrações Financeiras

# marisa

MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Resultado da Operação**

- EBITDA Ajustado Varejo totalizou R\$ 11,7 milhões no 4T20, indicando importante evolução do resultado da operação de varejo no período, com crescimento gradual de margem bruta e ganhos contínuos em eficiência de despesas.

### PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS

#### Private Label

- A participação dos cartões (Marisa + *Co-Branded*) nas vendas do trimestre atingiu 38,6%, queda de 2,8 p.p. em relação ao 4T19, em função da queda do número de contas ativas do PL.
- A Receita de Juros, líquida de *funding*, alcançou R\$34,2 milhões, redução de 37,6% em relação ao 4T19, refletindo as menores vendas do varejo durante os períodos anteriores. A receita de serviços financeiros sofreu redução de 23,1% ante o período anterior, reflexo do menor fluxo em loja durante o período.
- As Perdas, líquidas de recuperações, apresentaram aumento de 6,9% ante o 4T19, e como percentual sobre a carteira atingiram 5,4%. Tal resultado foi impactado pela menor recuperação de cobrança no período.
- Os indicadores prospectivos de inadimplência (EFFICC) abaixo dos níveis históricos para o produto, não indicando deterioração do portfólio.

#### Empréstimo Pessoal

- A Receita de Juros, líquida de custos de captação, totalizou R\$21,6 milhões, com redução de 44,5% ante o 4T19, devido tanto ao menor fluxo em loja quanto ao maior grau de conservadorismo nas concessões do período.
- As Perdas, líquidas de recuperações, por sua vez, totalizaram R\$2,8 milhões, redução de 24,4% em relação ao 4T19, reflexo da normalização e reversões na linha de PDD durante o período. A perda em relação à carteira foi de 2,3% - menor nível da série histórica.
- Os indicadores prospectivos de inadimplência (EFFICC) abaixo dos níveis históricos para o produto, não indicando deterioração do portfólio.

#### Resultado da Operação

- Ambos os produtos continuaram tendo suas receitas afetadas pelo menor fluxo em loja e menores vendas do varejo nos meses anteriores. A recuperação da carteira do PL durante o 4T20 suportará o início de recuperação nas receitas nos próximos períodos;
- Rápida recuperação da operação do **Cobranded**, já apresentando performance a níveis mais normalizados;

- Destaque para as despesas que apresentaram redução de 25,3%, demonstrando maiores ganhos de eficiência.**
- Contas a Receber**
- Private Label:** a carteira bruta do Private Label encerrou dezembro/20 em R\$ 541,0 milhões, redução de 18,5% ante dezembro/19, reflexo das menores vendas no período, porém já demonstrando rápida recuperação com relação aos períodos anteriores.
  - Empréstimo Pessoal:** a carteira bruta do Empréstimo Pessoal em dezembro/20 totalizou R\$ 123,8 milhões, com redução de 30,5% em relação a dezembro/19. O processo de recuperação desse portfólio tem ocorrido de forma mais gradual em função do maior conservadorismo aplicado ao produto durante o ano de 2020.

### EBITDA Ajustado Total

- O EBITDA Ajustado 4T20, apesar de uma redução de R\$ 79,0 milhões em relação ao 4T19, reflexo dos impactos da pandemia sobre as operações de varejo e PSF, demonstra processo de recuperação gradual em relação aos resultados verificados nos trimestres anteriores.

#### Endividamento Líquido

- No final do 4T20, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$ 301,2 milhões, R\$ 134,3 milhões acima do 4T19, em função do menor nível de caixa no período – vale destacar que em dezembro/19 a Companhia havia recentemente realizado o aumento de capital de R\$ 550 milhões;
- Relação dívida líquida/EBITDA não aplicável em função do EBITDA LTM negativo.

#### Resultado Financeiro

- Resultado financeiro com melhora de 47% no período, impactado positivamente pela melhora na estrutura de capital pós follow-on, e pelo menor impacto de AVP em função da redução da linha de Fornecedores no Balanço.

#### Fluxo de Caixa

- A geração de caixa operacional foi impactada negativamente pela redução no EBITDA do período, compensada pela liberação de capital de giro e menores investimentos;
- As captações/rolagens efetuadas durante o período também contribuíram para a manutenção de uma posição de caixa saudável.

#### Resultado Operacional Consolidado

- Resultado Líquido:** a Companhia apresentou no 4T20 um resultado negativo de R\$ 28,9 milhões, ainda refletindo os impactos da pandemia sobre suas vendas;
- Medidas adotadas para a redução do SG&A já demonstrando ganhos estruturais de maior eficiência em despesas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Receita operacional líquida.....	26.2	1.692.251	2.278.053	2.139.417	2.882.422
Custos da venda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços.....	27	(1.010.359)	(1.200.483)	(1.341.204)	(1.550.943)
Lucro bruto.....		681.902	1.077.570	798.213	1.331.479
(Despesas) e receitas operacionais (Despesas) e receitas operacionais					
Despesas com vendas.....	28.1	(520.213)	(656.559)	(559.702)	(688.652)
Despesas gerais e administrativas.....	28.2	(149.987)	(179.476)	(217.271)	(248.987)
Despesas com depreciação e amortização.....	13 e 14.3	(290.733)	(320.054)	(298.404)	(327.990)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	29	(11.420)	11.816	(116.557)	1.082
Resultado de equivalência patrimonial.....	12.2	(6.694)	88.765	-	-
Resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras.....		(297.156)	22.062	(292.821)	66.932
Despesas financeiras.....	30.2	(158.723)	(164.162)	(167.121)	(181.811)
Receitas financeiras.....	30.2	23.682	29.739	24.850	34.935
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social.....		(432.196)	(112.361)	(435.092)	(79.944)
Imposto de renda e contribuição social Corrente.....	10.4	-	-	(613)	(31.334)
Diferido.....	10.4	-	-	3.509	(1.083)
Total imposto de renda e contribuição social.....		-	-	2.896	(32.417)
Prejuízo do exercício.....		(432.196)	(112.361)	(432.196)	(112.361)
Atribuições a Controladores da Companhia.....		(432.196)	(112.361)	(432.196)	(112.361)
Prejuízo do exercício por ação básico e diluído - R\$.....	31	(1.653.355)	(0.431.04)	(1.653.355)	(0.431.04)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.					

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Prejuízo do exercício.....		(432.196)	(112.361)	(432.196)	(112.361)
Ganhos (perdas) com <i>hedge accounting</i> IR/CSLL sobre ganhos (perdas) com <i>hedge</i> de fluxo de caixa.....		(5.157)	775	(5.157)	775
Outros resultados abrangentes.....		1.783	(264)	1.783	(264)
Total do resultado abrangente.....		(3.374)	511	(3.374)	511
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.		(435.570)	(111.850)	(435.570)	(111.850)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Receitas					
Vendas de mercadorias e serviços.....		2.270.582	3.060.953	2.743.980	3.676.562
Perdas de crédito esperadas.....		35.125	45.977	17.571	(80.359)
Outras receitas operacionais.....		2.305.707	3.106.930	2.799.477	3.644.174
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das mercadorias e dos serviços.....		(1.383.861)	(1.632.820)	(1.731.602)	(1.869.901)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....		(361.940)	(333.924)	(468.584)	(440.420)
Valor adicionado bruto.....		(1.745.801)	(1.966.744)	(2.200.184)	(2.310.321)
Depreciação e amortização.....		559.906	1.140.186	599.293	1.333.863
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia.....		(290.733)	(320.054)	(298.404)	(327.990)
Resultado de equivalência patrimonial.....		269.173	820.132	300.889	1.005.863
Receitas financeiras.....		(6.694)	88.765	-	-
Despesas financeiras.....		23.682	29.739	24.850	34.935
Resultado do exercício.....		(432.196)	(112.361)	(432.196)	(112.361)
Valor adicionado total distribuído.....		286.161	938.636	325.739	1.040.798
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício.....		(432.196)	(112.361)	(432.196)	(112.361)
Ajustes para reconilar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização.....	13.3 e 13.5	103.208	110.842	107.493	118.496
Depreciação do ativo imobilizado e intangível baixado.....	14.2	190.804	209.212	190.911	209.494
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixado.....	13.3 e 13.5	3.488	7.876	3.488	7.900
Equivalência patrimonial.....	12.2	6.694	(88.765)	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas.....		-	-	(16.623)	75.493
Provisão para perdas dos estoques e AVP.....	8	(1.126)	(25.041)	(1.126)	(25.041)
Ajuste a valor presente sobre contas a receber de clientes.....		(776)	(1.563)	(776)	(1.567)
Provisão para perdas do imobilizado.....	13.3	2.320	(11.734)	2.320	(11.734)
Juros sobre passivo de arrendamento.....	14.3	76.427	41.838	76.454	41.854
Desconto obtido sobre passivo de arrendamento.....	14	(58.733)	-	(58.793)	-
Custo residual de contratos de arrendamento encerrados.....	14	(1.769)	-	(1.769)	-
Plano de opção de compra de ações (stock options).....	23	2.833	9.208	2.833	9.208
Ações em tesouraria.....		-	197	-	197
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de financiamentos, empréstimos.....	16.4	31.947	43.282	44.989	73.774
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....		-	(264)	(3.509)	81.919
Instrumentos financeiros.....		-	(1.165)	-	(1.165)
Provisão para litígios e demandas judiciais.....	11.2	21.200	39.412	24.592	45.099
(Aumento) redução nos ativos operacionais.....		(55.739)	220.974	(61.712)	430.076
Contas a receber de clientes.....	7	(12.458)	(159.679)	185.881	(195.330)
Estoques.....	8	167.919	(55.330)	167.919	(55.330)
Títulos e valores mobiliários.....	6	17.653	25.847	22.867	40.206
Tributos a receber.....	9.4	55.044	31.674	53.041	17.850
Partes relacionadas.....	11	2.655	4.597	-	-
Depósitos judiciais.....	20.2	(11.000)	(8.422)	(8.631)	(9.614)
Dividendos recebidos.....	12	15.603	86.090	-	-
Outros créditos.....		6.503	247	(41.394)	(5.877)
Aumento (redução) nos passivos operacionais.....		(71.420)	64.828	(70.980)	64.458
Fornecedores.....	15	(690)	(19.383)	(690)	(19.383)
Fornecedores convênio.....	18	7.268	(7.012)	5.956	41.326
Tributos a receber.....	15	675	-	675	-
Instrumentos financeiros.....		-	-	(14.568)	(15.783)
Receita diferida.....	19	-	27.062	-	26.950
Salários, provisões e encargos sociais.....	17	(35.685)	(8.235)	(36.710)	(6.667)
Partes relacionadas.....	11	(626)	(9.635)	(7.916)	(13.285)
Provisão para litígios e demandas judiciais.....	20.2	(3.829)	(6.108)	(5.063)	(8.143)
Aluguéis, condomínio e fundo de promoção a pagar.....		(5.062)	(8.108)	(5.063)	(8.143)
Outras obrigações.....	19.3	(9.610)	(25.759)	(12.245)	(13.496)
Caixa gerado pelas operações.....		67.201	159.747	171.430	283.758
Imposto de renda e contribuição social pagos.....		(17.185)	(38.119)	(18.449)	(68.666)
Juros pagos.....	16.4	(50.016)	(121.628)	(50.016)	(59.325)
Fluxo de caixa das atividades operacionais.....		50.016	121.628	129.877	155.967
Fluxo de caixa das atividades de investimento.....					
Aquisição de imobilizado.....	13.3	(21.675)	(19.310)	(22.034)	(19.561)
Aquisição de ativo intangível.....	13.5	(22.000)	(36.451)	(25.118)	(40.400)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento.....		(43.675)	(55.761)	(47.152)	(59.961)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento.....					
Captação de empréstimos e financiamentos.....	16.4	351.216	322.463	496.757	433.009
Amortização de empréstimos e financiamentos.....	16.4	(498.828)	(329.972)	(600.724)	(513.589)
Amortização do passivo de arrendamento.....	14.3	(181.580)	(229.530)	(181.978)	(229.852)
Aumento de capital social.....	22.1	4.654	543.098	4.654	543.098
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento.....		(324.808)	307.056	(281.291)	232.757
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa.....		(318.467)	212.926	(198.566)	328.763
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro.....	6	589.566	216.640	725.498	396.735
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro.....	6	271.099	589.566	526.932	725.498
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.					

### RESULTADOS DO TRIMESTRE E DO ANO DE 2020

#### Destques

- Vendas de varejo com queda de 7,2%, e SSS de -5,6% no período;**
- Vendas da Plataforma Digital apresentaram crescimento de 63,9% no 4T20** – representando 9,2% das vendas totais de varejo;
- Redução estrutural de estoques de 38% em 2020;**
- Margem bruta de produto em contínua evolução** – em dezembro alcançando nível de 50%;
- SG&A de varejo com redução nominal de 5,1% a.a.;**
- Resultado de Produtos e Serviços Financeiros** retornando a patamares normalizados, com **carteiras recompondo-se rapidamente (+31% em comparação ao 3T20)**, e inadimplência controlada.

#### VAREJO

#### Receita Líquida e Lucro Bruto

- Vendas com redução de 7,2% no período, em função do impacto da pandemia no fluxo em lojas físicas durante dezembro;**
- SSS de -5,6% no período**, apesar da performance positiva dos meses de outubro e novembro. A queda de vendas verificada em dezembro, particularmente na segunda metade do mês, foi uniforme entre regiões, tipos de loja e categorias, indicando estar relacionada à segunda onda da COVID-19;
- Vendas da plataforma digital com crescimento de 63,9% - contra 68,2% no 4T19**, impulsionadas pelo maior tráfego no e-commerce, especialmente durante dezembro, assim como pela maior aderência das clientes ao APP, que no final do ano já representou mais de 30% das vendas do digital;
- Margem Bruta de 42,0%, e Lucro Bruto com redução de 20,1%**. Margem em recuperação gradual - em dezembro, 49,6% - já refletindo os níveis mais ajustados de estoques.

#### Despesas Operacionais

- Despesas com Vendas totalizaram R\$ 235,7 milhões, redução de 2,7% a.a.**, refletindo as diversas ações adotadas para redução estrutural das despesas durante o ano, com destaque para renegociações de contratos;
- Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 48,9 milhões, redução de 17,1%**, também refletindo os esforços da Companhia para maiores ganhos de eficiência;
- Outras Receitas/Despesas Operacionais totalizaram um saldo positivo de R\$ 15,9 milhões**, devido ao impacto de créditos tributários.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
ATIVO					
Ativo Circulante.....					
Caixa e equivalentes de caixa.....	6.2	271.099	589.566	526.932	725.498
Títulos e valores mobiliários.....	6.4	388	515	388	515
Contas a receber de clientes.....	7.2	354.162	340.928	705.175	872.491
Estoques.....	9.2	274.877	441.670	274.877	441.670
Partes relacionadas.....	11.2	23.257	25.912	-	-
Tributos a recuperar.....	9.2	136.832	179.710	180.988	276.692
Outros ativos circulantes.....		19.421	25.924	98.915	58.687
Total do ativo circulante.....		1.080.036	1.604.285	1.787.275	2.375.553
Ativo não circulante.....					
Títulos e valores mobiliários.....	6.4	32.267	49.793	34.271	57.011
Tributos a recuperar.....	9.2	501.739	550.052	560.554	550.052
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	10.2	2.351	568	74.817	69.525
Depósitos judiciais.....	20.2	108.396	97.396	142.035	133.404
Total do ativo realizável a longo prazo.....		644.753	697.809	811.677	809.392
Ativo de direito de uso.....	12.2	354.248	378.546	-	-
Imobilizado.....	14.2	537.837	547.842	538.142	548.116
Intangível.....	13.2	131.412	173.777	133.326	176.488
Total do ativo não circulante.....	13.4	87.568	100.911	97.234	109.919
Total do ativo.....		1.755.818	1.896.884	1.580.379	1.644.515
Passivo e Patrimônio Líquido.....					
Passivo Circulante.....					
Fornecedores.....	15.2	365.190	426.977	366.543	427.221
Fornecedores convênio.....	15.2	107.387	108.077	107.387	108.077
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	16.2	337.318	306.983	541.987	418.123
Arrendamentos a pagar.....	14.3	164.811	262.177	164.908	262.179
Salários, provisões e contribuições sociais.....	17.2	66.589	102.284	66.185	105.875
Tributos a receber.....	18.2	61.891	54.623	63.214	57.715
Partes relacionadas.....	11.2	2.233	2.859	-	-
Aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar.....		18.359	23.421	18.358	23.421
Instrumentos financeiros.....	33.3.1	6.913	1.081	6.913	1.081
Imposto de renda e contribuição social a pagar.....		-	-	297	9.203
Receitas diferidas.....	19.2	-	-	16.714	

# Demonstrações Financeiras

# marisa

MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**ações - "Phantom Shares":** Para transações com pagamento baseado em ações liquidadas em caixa, a Companhia mensura o passivo incorrido por meio de valor justo, até que seja liquidado e mensura o valor justo do passivo ao término da cada exercício do reporte e na data da liquidação, sendo que quaisquer mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício. **5.7. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Administração se baseia nas informações de seus assessores jurídicos (aplicável aos riscos tributários e civis) e em percentual de perda histórico (aplicável aos riscos trabalhistas) para constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, atualizadas até a data de divulgação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. No entanto, em decorrência do trâmite dos processos, a classificação da probabilidade de perda pode não ser definitiva até a conclusão dos processos. **5.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exerce o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**6. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários**  
**6.1. Política contábil de caixa e equivalentes:** Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo e liquidez imediata, convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de variação ou alteração de seu valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**6.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa	8.773	14.158	8.777	14.168
Banços conta movimento	26.541	19.629	28.723	22.910
Aplicações financeiras (6.3)	235.785	555.779	489.432	688.420
	271.099	589.566	526.932	725.498

**6.3. Composição das aplicações financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Operações compromissadas CDB (i)	201.133	555.779	222.383	592.444
Operações compromissadas DI (ii)	34.652	-	267.038	95.966
Letra financeira	-	-	11	10
	235.785	555.779	489.432	688.420

(i) Referem-se às aplicações compromissadas com lastro em CDB, onde há compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento. Em 31 de dezembro de 2020, as operações apresentaram remuneração média de 101,85% na controladora e 101,42% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100,70% na controladora e 100,65% no consolidado em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Referem-se às aplicações compromissadas com lastro em título público no valor de R\$229.116 e compromissadas com lastro em papel de terceiros (debêntures) R\$37.922 da controlada SAX, onde há compromisso de recompra definido no ato da negociação, normalmente no próximo dia útil subsequente. Em 31 de dezembro de 2020, as operações apresentaram remuneração média de 95,49% do CDI para títulos públicos e 92,45% do CDI para compromissadas com lastro em papel de terceiros (96,59% em 31 de dezembro de 2019).

**6.4. Composição de títulos e valores mobiliários**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fundos de investimentos (i)	-	49.484	-	49.484
Aplicações em CDB (ii)	32.267	97	34.271	7.129
Operações compromissadas LAM	388	515	388	515
Braskem ações	-	212	-	219
Bloqueio judicial - outros	32.655	50.308	34.659	57.526
Ativo circulante	388	515	388	515
Ativo não circulante	32.267	49.793	34.271	57.011
	32.655	50.308	34.659	57.526

(i) Em 31 de dezembro de 2019, estava representado por fundos de Investimentos dados em garantia das operações com Debêntures relativas a 4ª emissão com remuneração média de 97,66% do CDI no valor de R\$43.053 e garantia a processos judiciais com remuneração média de 56,21% do CDI no montante de R\$429, cujas operações foram resgatadas no 1º trimestre de 2020, e também por garantia da operação de *co-branding* do Itai Unibanco cuja remuneração média foi de 96,22% do CDI no valor de R\$6.002.

(ii) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDB), cuja remuneração média, em 31 de dezembro de 2020, foi de 98,93% do CDI, dados em garantia na operação de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, (R\$ 17.800 com remuneração de 97,50% do CDI), Banco ABC (R\$ 2.004 com remuneração de 115% do CDI), Banco Alfa (R\$ 3.008 com remuneração de 100% do CDI), Banco Daycoval (R\$ 2.005 com remuneração de 100% do CDI) e dados em garantia da Operação de NP da Marisa com o Banco Safra o valor de R\$ 8.419 com remuneração média de 101,00% CDI, conforme nota explicativa nº 16. Em 31 de dezembro de 2019, referem-se às aplicações em CDB com remuneração média de 99,00%, dados em garantia na operação de financiamento junto ao Santander, cujas operações foram resgatadas durante o 1º trimestre de 2020.

**6.5. Risco de crédito:** Conforme política financeira da Companhia, os valores registrados como equivalentes de caixa e aplicações financeiras são aplicados em instituições financeiras com *rating* de longo prazo em escala nacional, classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado.

**7. Contas a receber de clientes**

**7.1. Política contábil:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito e débito (Marisa e terceiros) e de empréstimo pessoal no curso normal das atividades da Companhia. As operações de venda a prazo são registradas pelos valores faturados, ajustados ao valor presente, considerando-se a taxa média do custo de captação da Companhia, pois o prazo de vista e o parcelamento têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos. A provisão para perdas em créditos é constituída com base na análise das carteiras de clientes, e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos.

**7.2. Composição das carteiras**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cartões de crédito e débito - terceiros (i)	143.707	140.983	143.575	141.027
Cartão Marisa Itaucard - "co-branding" (ii)	29.477	39.929	29.477	39.929
Cartão Marisa - "private label" com juros (iii)	-	-	27.700	326.593
Cartão Marisa - "private label" sem juros	180.705	162.256	268.328	336.486
Contas a receber - Banco Itaú Unibanco	-	-	2.941	5.790
Operações de crédito pessoal - SAX	-	-	123.783	178.207
Outras contas a receber	1.758	21	1.786	215
Justas a valor presente	(1.485)	(2.261)	(1.485)	(2.261)
Perdas de crédito esperadas (iv)	-	-	(136.106)	(153.895)
	354.162	340.926	705.175	872.491

(i) Refere-se ao saldo com administradoras de cartões de crédito, cujo recebimento se dá em até 90 dias e é de 93,30% em 31 de dezembro de 2020 (93,6% em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Conforme contrato celebrado com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. (Itaú Unibanco) para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/Marisa ("co-branding"), nas situações em que ocorre a migração do cliente detentor do "Cartão Marisa" para este novo cartão, os saldos a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú Unibanco, o qual pagará a Companhia o valor principal acrescido de juros previamente contratados pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável.

(iii) Refere-se às operações do Cartão Marisa registradas na Club, com parcelas vencidas, que são migradas automaticamente para a SAX, enquanto que as vendas parceladas com incidência de juros são originadas diretamente na financeira.

(iv) O critério de provisão do Cartão Marisa e Operações de crédito pessoal tem como base a expectativa de realização da carteira de crédito, levando em consideração a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com razoável grau de assertividade, e atende aos conceitos do Pronunciamento Técnico NBC TG 48/IFRS 9. Tal critério, tanto para distribuição de taxas feitas como para atribuição do percentual de provisão, não é comparável com o utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central (Resolução 2682), que estabelece, entre outros, o arrasto dos saldos dos clientes para a pior faixa de risco, com a aplicação de percentuais mínimos de provisão para cada faixa.

**7.3. Perdas de crédito esperadas:** As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas em contrapartida das perdas de crédito esperadas, exceto as operações com empréstimos pessoais, as quais são mantidas em carteira até completarem 360 dias do vencimento, em razão da prática das instituições financeiras.

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(80.497)	(80.497)
Créditos provisionados no exercício	(143.236)	(143.236)
Créditos baixados definitivamente	69.838	69.838
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(153.895)	(153.895)
Créditos provisionados no exercício	(209.999)	(209.999)
Créditos baixados definitivamente	227.784	227.784
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(136.106)	(136.106)

**7.4. Aging da carteira - cartão de crédito Marisa**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer:	99.255	101.309	113.342	107.217
Até 30 dias	33.963	42.835	44.128	55.003
De 31 a 60 dias	20.365	11.417	43.057	43.057
De 61 a 90 dias	13.810	2.566	21.170	29.692
De 91 a 120 dias	10.669	1.644	12.211	19.704
De 121 a 180 dias	952	870	3.020	15.066
De 181 a 360 dias	524	629	1.867	3.670
Acima de 210 dias e menor de 360 dias	1.167	958	19.507	6.879
Soma do saldo a vencer	180.705	162.256	233.236	279.958
Percentual sobre a carteira total	100,00%	100,00%	86,92%	83,20%
Vencidas:	-	-	17.781	28.679
Até 30 dias	-	-	2.594	5.782
De 31 a 60 dias	-	-	1.078	3.156
De 61 a 90 dias	-	-	744	2.573
De 91 a 120 dias	-	-	777	2.142
De 121 a 150 dias	-	-	12.418	14.196
De 151 a 180 dias	-	-	35.082	58.528
Total do saldo vencidas	0,00%	0,00%	13,08%	16,80%
Percentual sobre a carteira total	-	-	7,62%	6,87%
Total dos saldos a vencer e vencidas	180.705	162.256	268.328	336.486

**7.5. Aging da carteira - empréstimo pessoal (SAX)**

	Consolidado	
	2020	2019
A vencer:	16.126	27.217
Até 30 dias	13.285	23.413
De 31 a 60 dias	10.755	19.059
De 61 a 90 dias	22.270	36.204
De 91 a 180 dias	524	629
Acima de 181 dias	81.943	129.977
Soma do saldo a vencer	66,20%	72,37%
Percentual sobre a carteira total	-	-
Vencidas:	4.507	8.967
Até 30 dias	3.212	6.071
De 31 a 60 dias	3.470	5.566
De 61 a 90 dias	4.106	5.381
De 91 a 120 dias	4.514	4.959
De 121 a 150 dias	4.741	4.522
De 151 a 180 dias	8.975	7.382
De 181 a 300 dias	6.288	4.503
De 301 a 360 dias	2.029	1.879
Total do saldo vencidas	41.840	49.230
Percentual sobre a carteira total	33,80%	27,63%
Total dos saldos a vencer e vencidas	123.783	178.207

**7.6. Aging da carteira - Cartão Marisa - "private label" com juros**

	Consolidado	
	2020	2019
A vencer:	31.142	32.987
Até 30 dias	22.813	24.995
De 31 a 60 dias	21.494	25.494
De 61 a 90 dias	48.210	50.654
De 91 a 180 dias	30.302	27.839
Acima de 181 dias	153.961	161.969
Soma do saldo a vencer	56,46%	49,53%
Percentual sobre a carteira total	-	-
Vencidas:	14.224	20.986
Até 30 dias	6.910	12.972
De 31 a 60 dias	5.024	12.988
De 61 a 90 dias	4.106	5.381
De 91 a 120 dias	4.514	4.959
De 121 a 150 dias	4.741	4.522
De 151 a 180 dias	8.975	7.382
De 181 a 240 dias	6.288	4.503
De 241 a 300 dias	2.029	1.879
Total do saldo vencidas	41.840	49.230
Percentual sobre a carteira total	43,54%	50,47%
Total dos saldos a vencer e vencidas	272.700	326.993

**7.7. Risco de crédito:** As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportadas por sistemas tecnológicos e processos avançados, vinculados à área de risco e fraude, visando minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de seus clientes que considera a capacidade de pagamento por meio de análise de crédito.

**8. Estoques**  
**8.1. Política contábil:** Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte, seguro, manuseio e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Para o cálculo do ajuste a valor presente, considera-se o custo médio de captação da Companhia. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída pela Administração, em caso de desvalorização, obsolescência, baixa rotatividade de produtos e perdas de inventário.

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Mercadorias para revenda	289.681	437.732
Provisão para perdas dos estoques	(24.397)	(24.878)
Ajuste a valor presente	(2.488)	(3.134)
Mercadorias para revenda, líquidas	262.796	409.720
Importação em andamento	6.121	20.032
Estoque de material de consumo e embalagem	5.961	11.918
	274.877	441.670

**8.3. Provisão para perdas em estoques**

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(49.377)	(49.377)
Provisão constituída	(26.667)	(26.667)
Baixa de provisão	51.166	51.166
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(24.878)	(24.878)
Provisão constituída	(29.834)	(29.834)
Baixa de provisão	30.315	30.315
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(24.397)	(24.397)

**9. Tributos a recuperar**

**9.1. Política contábil:** Os tributos a recuperar são aqueles incluídos nas operações de aquisições de bens e serviços geralmente vinculados às atividades operacionais da Companhia. Tais tributos não são apropriados aos custos dos estoques e a Companhia adota os critérios estabelecidos nas legislações vigentes para sua apropriação.

**9.2. Composição**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	14.007	4.500	14.007	4.500
Imposto de renda sobre aplicação financeira	11.606	8.194	14.387	10.764
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.986	395	90.809	84.776
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.284	887	3.489	2.630
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	494.943	580.688	502.179	586.339
Programa de Integração Social (PIS)	108.461	127.063	110.397	128.652
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	1.583	2.154	1.583	2.154
Outros	3.701	5.951	4.691	6.929
	638.571	729.927	741.542	826.744
Ativo circulante	136.832	179.770	180.988	276.692
Ativo não circulante	501.739	550.052	560.554	550.052
	638.571	729.927	741.542	826.744

**Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS:** Em julho de 2020, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança referente à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo que em novembro de 2018, obteve o trânsito em julgado favorável de sua ação (RE/504.365) perante o Supremo Tribunal Federal. A ação garantiu à Companhia o direito de reaver, mediante compensação, os valores indevidamente recolhidos e não prescritos, no período de 1992 a 2014, com as devidas correções. O impacto total registrado à época corresponde a R\$801.260. Em março de 2019, foi deferido o pedido de habilitação do créditos pela Receita Federal, estando à Companhia apta para compensações futuras, sendo o montante atualizado de R\$907.701, àquela data. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo desses créditos é de R\$496.883 (R\$596.388 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário) em janeiro de 2015, sobre o mesmo tema, buscando afastar as alterações trazidas pela Lei 12.973/2014. Em junho de 2015, foi concedida a antecipação de tutela para excluir o ICMS sobre vendas de mercadorias da base de cálculo do PIS e da COFINS. Desta forma, a Companhia passou a suspender a exigibilidade deste débitos em suas obrigações mensais. A sentença judicial confirmou a decisão liminar e ratificou todos os seus termos, ocorrendo em fevereiro de 2018 o trânsito em julgado definitivo desta ação. Referente ao período de dezembro de 2014 a junho de 2015, e saldos remanescentes de fevereiro de 2018, a Companhia apurou os valores recolhidos indevidamente e procedeu o pedido de habilitação perante a Receita Federal, o qual foi deferido em novembro de 2018, no montante de R\$55.229, sendo estes totalmente utilizados até fevereiro de 2019. A Solução de Consulta RFB COSIT nº 13 trouxe o entendimento de que o montante a ser excluído da base de cálculo da contribuição é o valor mensal do ICMS a recolher, no entanto há expressa determinação de consideração do caso concreto do tratamento. Ambas as ações judiciais da Companhia, transitadas em julgados nas datas supramencionadas, estão pautadas e fundamentadas na exclusão do ICMS incidente em cada operação de venda (tido como ICMS destacado), constando inclusive nas decisões judiciais, sem qualquer alegação da Procuradoria nos autos a respeito do ICMS recolhido/a recolher. A Companhia, com base no disposto do Ofício-Circular CVM SMC/SEP 01/21 e da NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, reavaliou o tratamento aplicado e concluiu que não se trata de um ativo contingente e a realização do ganho é praticamente certa, uma vez que ambas as ações possuem o trânsito em julgado favorável com referência ao ICMS destacado e possui os créditos habilitados pela Receita Federal, em conformidade com pareceres elaborados por nossos assessores jurídicos. Adicionalmente, os montantes contabilizados foram mensurados com razoável confiabilidade e conciliado com os arquivos fiscais e contábeis de cada período de apuração. **9.3. Plano de compensação dos tributos a recuperar - Controladora:** A Companhia realizou um estudo com base nos últimos recolhimentos de PIS e COFINS, além de considerar também as projeções orçamentárias para o próximo exercício, e a expectativa de realização dos saldos dos valores relativos aos créditos fiscais, oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e demais créditos de PIS e COFINS, e classificou R\$102.074 no circulante (R\$168.583 em dezembro de 2019) e R\$501.330 (R\$546.408 em dezembro de 2019) no não circulante. Do montante registrado como não circulante, a Companhia apresenta o valor de R\$409 referente a créditos de ICMS e R\$101.330 referente aos créditos de PIS e COFINS. Assim sendo, temos a expectativa de compensação desses créditos conforme relacionada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2023	180.825	183.118	180.825	183.118
2022	142.867	142.867	142.867	142.867
2021	152.403	208.925	152.403	208.925
2020	25.644	25.644	25.644	25.644
2025	501.739	560.554	501.739	560.554

**10. Imposto de renda e contribuição social**

**10.1. Política contábil:** **10.1.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscalmente no momento do seu registro. Para a Controlada Registrada, o regime de apuração utilizado é o lucro presumido. Para as demais empresas, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL são apuradas com base no regime de lucro real. **10.1.2. Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todos as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre os lucros diferidos ativos e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. **10.1.3. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Periodicamente, a Companhia revisa os saldos de provisão e projeção de orçamento para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos da controladora e de suas controladas. No revisão das estimativas da Controladora referente aos saldos de ativos fiscais diferidos, realizada em exercícios anteriores, a Companhia observou que o uso de fatores mais relevantes para fins orçamentários estava relacionado à elaboração das projeções de receita, que vinha apresentando resultados históricos abaixo do orgão. Diante disso, a Companhia entendeu que o histórico de prejuízos recorrentes se tornou a evidência mais substancial para determinar se ativos fiscais diferidos são realizáveis na medida em que existirão resultados tributáveis futuros, já que as metas para alcançar lucros fiscais não estavam sendo atingidas

# Demonstrações Financeiras

# marisa

MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado						
	Taxa média anual %	2018	Adições	Baixas	Depreciação	2019
Software	20	104.220	40.400	(827)	(42.692)	101.101
Fundo de comércio (i)	(ii)	9.917	-	-	(3.063)	6.854
Direitos de uso de infraestrutura (i)	20	3.263	-	(37)	(1.330)	1.896
Marcas e patentes		68	-	-	-	68
		<u>117.468</u>	<u>40.400</u>	<u>(864)</u>	<u>(47.085)</u>	<u>109.919</u>

(i) Fundo de comércio pago quando da celebração dos arrendamentos das lojas localizadas em ruas, enquanto que os direitos de uso de infraestrutura são os valores pagos referentes às lojas localizadas em shoppings.  
(ii) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual, variando entre cinco a dez anos para ambos os períodos/exercícios.

## 13.6. Movimentação da provisão ao valor recuperável

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(12.936)
Reversões	11.734
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.202)
Adições	<b>(10.067)</b>
Reversões	<b>7.747</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<b>(3.522)</b>

## 14. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A IFRS 16/NBC TGO6 (R3) substitui as orientações existentes na IAS 17 e determina, essencialmente, que os arrendatários passem a reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso de um bem arrendado ou com características de arrendamento mercantil. Sendo assim, contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo da norma contratos com características variáveis, de curto prazo ou de baixo valor. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019. A Companhia utilizou as seguintes premissas para cálculo: (i) Taxas nominais de desconto, prontamente observáveis, ajustadas ao risco de crédito da última captação obtida pelo Grupo; (ii) Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de aplicação da norma. A contabilização de pagamentos como despesas, em contratos ou parte de contratos cuja composição de valor dependa de variável; e (iii) O cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa. Para os demais contratos serão considerados apenas o prazo residual vigente. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia aplicou o expediente prático a todos os benefícios concedidos em contratos de arrendamento em consonância com os requisitos da Deliberação nº 859/20 e registrou R\$58.793 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$58.039 na rubrica de "Despesas com vendas", oriundos das renegociações dos contratos de lojas, R\$754 na rubrica "Despesas gerais e administrativas", oriundos da renegociação dos contratos das áreas administrativas. A Companhia entende que, pelas características atuais de seus arrendamentos (contratos de aluguel atualizados pela inflação a cada aniversário), deveria adotar, para fins de registro contábil, a utilização da taxa real sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), preservando a consistência de seus fluxos de caixa para esses contratos de arrendamento. Entretanto, optou por adotar a utilização da taxa nominal sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), uma vez que está amparada pela NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos Mercantíl, bem como pelo Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/01/20 - Orientações sobre a elaboração das demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2019, emitido na data de 5 de fevereiro de 2020, não exigindo, dessa forma, a aplicação requerida pela NBC TG 26 (R4) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - itens 19 a 20. A Companhia apresentará em nota as informações complementares para fins de comparação entre a modelagem que entende como ideal, a modelagem destacada na norma e a modelagem entendida como *benchmarking* pelos seus órgãos reguladores. **14.1. Taxa de desconto:** Para chegar nas taxas de desconto aplicáveis, a Companhia se baseou em taxas de juros prontamente observáveis no mercado brasileiro, considerando os prazos de cada contrato, ajustadas ao risco de crédito obtido pelas captações a mercado realizadas pelas empresas do Grupo. A tabela abaixo evidencia a taxa média ao ano de acordo com os prazos de vencimento dos contratos:

Prazos contratos	Taxa média a.a. (%)
Até 3 anos	9,15%
De 3 a 7 anos	11,88%
De 7 a 15 anos	11,24%

## 14.2. Movimentação do ativo de direito de uso

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial - IFRS 16/NBC TG (R3)	657.065	657.100
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>657.065</b>	<b>657.100</b>
Depreciação acumulada	(209.212)	(209.404)
Remensuração (ii)	99.989	100.510
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>547.842</b>	<b>548.116</b>
Depreciação acumulada	(190.804)	(190.811)
Remensuração (ii)	180.799	180.937
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>537.837</b>	<b>538.142</b>

(i) Remensuração ajustada para atendimento à orientação CVM, por meio do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, na qual a Controladora ajustou o valor do seu reconhecimento inicial, que estava líquido de PIS e COFINS, além da taxa de desconto utilizada, onde passou a aplicar a taxa nominal.  
(ii) Remensuração em função de renovações e modificações estruturais de determinados contratos.

## 14.3. Movimentação do passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial - IFRS 16/NBC TG (R3)	657.065	657.100
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>657.065</b>	<b>657.100</b>
Juros incorridos	41.838	41.854
Pagamentos	(229.530)	(229.852)
Remensuração (ii)	99.989	100.510
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>569.362</b>	<b>569.612</b>
Juros incorridos	76.427	76.454
Pagamentos	(181.850)	(181.878)
Remensuração	180.799	180.937
Descontos obtidos e baixas (i)	(60.562)	(60.562)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>584.176</b>	<b>584.463</b>
<b>Circulante</b>	<b>164.811</b>	<b>164.908</b>
<b>Não circulante</b>	<b>419.365</b>	<b>419.555</b>
	<b>584.176</b>	<b>584.463</b>

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia aplicou o expediente prático a todos os benefícios concedidos em contratos de arrendamento em consonância com os requisitos da Deliberação nº 859/20. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou a renegociação de determinados contratos, os quais tiveram modificações estruturais no arrendamento, além do encerramento de alguns contratos.

## 14.4. Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Até em 12 meses	164.811	164.908
De 13 a 24 meses	120.981	121.060
De 25 a 36 meses	76.978	77.056
De 37 a 48 meses	57.235	57.235
Acima de 48 meses	164.201	164.201
	<b>584.176</b>	<b>584.463</b>

## 14.5. Crédito de PIS e COFINS: A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel que aderiram ao NBC TGO 06 (R3) na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos, abaixo, os valores potenciais desses impostos em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora	Consolidado
Valor nominal	796.049	796.424
Ajustado a valor presente	73.635	73.689
PIS e COFINS potencial (9,25%)	73.635	73.689

**14.6. Demais informações:** A Companhia não possui outros contratos de arrendamentos que não foram enquadrados na NBC TG 06 (R3). Adicionalmente, dado o cenário atual, de lojas fechadas, a Companhia optou por não divulgar os valores futuros, por não haver razoável segurança sobre a determinação dos valores. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a despesa relativa aos contratos de arrendamento variável foi de R\$3.559 (R\$5.240 em 31 de dezembro de 2019). Com o objetivo de estar em conformidade com a norma, a Companhia optou pela adoção da metodologia de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descritos considerando uma taxa nominal na aplicação dessa técnica. Entendemos que essa metodologia gera distorções relevantes na informação prestada, considerando a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. Além do mais, devido às características dos seus contratos de arrendamento, a Controladora considera como metodologia ideal a utilização de uma taxa real de desconto na aplicação do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos descontados. Dessa forma, para resguardar a representatividade da informação e em atendimento às diretrizes técnicas da CVM, apresentamos abaixo os saldos comparativos do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado e do exercício anterior.

	Taxa média a.a.	Adoção	2019	2020
FCO Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)	9,94%	651.095	547.842	537.837
FCO Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)	10,11%	762.959	571.016	546.675

## Passivo de arrendamento

FCO Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)	651.095	569.364	584.176
FCO Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)	762.959	592.663	593.776

## Despesa financeira

FCO Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)	41.838	76.427
FCO Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)	55.484	77.683

## Despesa de depreciação

FCO Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)	209.212	190.804
FCO Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)	191.943	193.939

## 15. Fornecedores

**15.1. Política contábil:** Os saldos das contas a pagar de fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, trazidas a valor presente pelo custo médio de captação da Companhia, considerando-se o prazo efetivo de cada operação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente de fornecedores, a taxa Selic de 0,16% a.a. (0,56% a.a. em 31 de dezembro de 2019). O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de "Despesas (retificadoras) e tem como contrapartida a conta de "Custo de mercadorias vendidas". Em sua relação com seus fornecedores, a Companhia adota como prática a antecipação de recebíveis. Tais operações cujo objetivo é atender necessidades de liquidez da cadeia de fornecedores são feitas ora com recursos do próprio caixa da Companhia, ora via linhas de crédito com bancos parceiros. Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados ao contrato de fornecimento de mercadorias.

## 15.2. Composição

	Controladora	2019	Consolidado	2020
Mercadoria para revenda nacional e suprimentos	401.129	432.967	401.910	433.002
Mercadoria para revenda importação	40.588	83.239	40.588	83.239
Serviços	33.332	22.441	33.887	22.633
Outros	14	87	31	104
Ajuste a valor presente	(2.486)	(3.680)	(2.486)	(3.680)
	<b>472.577</b>	<b>535.054</b>	<b>473.930</b>	<b>535.298</b>
Fornecedores	365.190	426.977	366.543	427.221
Fornecedores convênio	107.387	108.077	107.387	108.077
	<b>472.577</b>	<b>535.054</b>	<b>473.930</b>	<b>535.298</b>

O Saldo registrado em "Fornecedores convênio" refere-se às antecipações de valores efetuadas pelos fornecedores por meio de cessão de crédito em função do convênio firmado pela Companhia junto aos bancos Santander e Bradesco. Nesta operação, os fornecedores podem antecipar seus títulos diretamente com os bancos somente após a entrega das mercadorias para a Companhia e com uma taxa média de desconto 1,45% e prazo de até 90 dias, porém sem necessidade de possuir nenhuma linha de crédito contratada com a entidade. Para a Companhia, as condições comerciais oriundas são mantidas, mantendo-se o mesmo prazo de vencimento, taxas e valores envolvidos, apenas há a transferência do direito de recebimento dos títulos pelo fornecedor para a instituição financeira.

## 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

**16.1. Política contábil:** Os saldos dos empréstimos são inicialmente reconhecidos pelos valores contratuais, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, os valores passam a ser amortizados conforme cronograma de pagamentos, em linha com as cláusulas previstas em seus respectivos contratos. As debêntures emitidas pela Companhia são nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quicquidária, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração. Tais títulos possuem diferentes níveis de garantia de acordo com as emissões, assim como programa de amortização. As debêntures foram inscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional e à vista no ato da subscrição. Os contratos de arrendamento são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil econômica do ativo.

## 16.2. Composição

	Controladora	2019	Taxa efetiva	2020
<b>Passivo circulante:</b>				
Debêntures	40.068	231.018	(i)	-
Notas promissórias - Safra	149.205	35.777	100% do CDI +1,75 a.a. (v)	-
Resolução nº 4131 - Santander	57.660	-	100% do CDI + 3,80 a.a. (ii)	-
"Fixed rate notes" - FRN Votorantim	-	31.822	USD + 3,35% a.a. (iii)	-
Cédula de crédito bancário	-	-	-	-
- Caixa Econômica Federal	46.774	-	100% do CDI + 4,03% a.a. (vi)	-
Cédula de crédito bancário - diversos	34.531	-	100% do CDI + 3,00% a 7,31% a.a. (ix)	-
Finame	1.239	2.008	2,60% a 8,70% a.a.	-
Finap	7.856	6.358	T.J.P + 4,00% a.a.	-
Total passivo circulante	<b>337.318</b>	<b>306.983</b>		
<b>Passivo não circulante:</b>				
Debêntures	-	100.026	(i)	-
Notas promissórias - Safra	-	143.109	100% do CDI +1,75 a.a. (v)	-
Cédula de crédito bancário	-	-	-	-
- Caixa Econômica Federal	19.444	-	100% do CDI + 4,03% a.a. (vi)	-
Cédula de crédito bancário - diversos	65.476	-	100% do CDI + 3,00% a 7,31% a.a. (ix)	-
Finame	1.239	2.468	2,60% a 8,70% a.a.	-
Finap	13.471	17.220	T.J.P + 4,00% a.a.	-
Total passivo não circulante	<b>99.630</b>	<b>262.815</b>		
Total passivo	<b>436.948</b>	<b>569.798</b>		

	Controlado	2019	Taxa efetiva	2020
<b>Passivo circulante:</b>				
Debêntures	40.068	231.018	(i)	-
Notas promissórias - Safra	149.205	35.777	100% do CDI +1,75 a.a. (v)	-
Resolução nº 4131 - Santander	57.660	-	100% do CDI + 3,80 a.a. (ii)	-
"Fixed rate notes" - FRN Votorantim	-	31.822	USD + 3,35% a.a. (iii)	-
"Fixed rate notes" - FRN Santander	-	27.507	122,76% do CDI	-
Letra financeira - Banco ABC	-	28.752	115% a 124% do CDI	-
Letra de câmbio - XP Investimentos	204.172	54.506	(iv)	-
Cédula de crédito bancário	-	-	-	-
- Caixa Econômica Federal	46.774	-	100% do CDI + 4,03% a.a. (vi)	-
Cédula de crédito bancário - diversos	34.531	-	100% do CDI + 3,00% a 7,31% a.a. (ix)	-
Finame	1.231	2.016	2,60% a 8,70% a.a.	-
Finap	7.856	6.358	T.J.P + 4,00% a.a.	-
Arrendamento mercantil	-	367	100% do CDI + 1,60% a 1,84% a.a.	-
Total passivo circulante	<b>541.497</b>	<b>418.123</b>		
<b>Passivo não circulante:</b>				
Debêntures	-	100.026	(i)	-
Notas promissórias - Safra	-	143.109	100% do CDI +1,75 a.a. (v)	-
Garantia Especial - DPGE	82.991	-	100% do CDI +1,70 a.a. (vii)	-
Certificado de Depósito Bancário - CDB	43.571	-	100% a 138% do CDI (viii)	-
Letra de câmbio - XP Investimentos	95.071	268.945	(iv)	-
Cédula de crédito bancário	-	-	-	-
- Caixa Econômica Federal	19.444	-	100% do CDI + 4,03% a.a. (vi)	-
Cédula de crédito bancário - diversos	65.476	-	100% do CDI + 3,00% a 7,31% a.a. (ix)	-
Finame	1.248	2.468	2,60% a 8,70% a.a.	-
Finap	13.471	17.220	T.J.P + 4,00% a.a.	-
Total passivo não circulante	<b>321.272</b>	<b>531.768</b>		
Total passivo	<b>862.769</b>	<b>949.891</b>		

(i) Referem-se às debêntures, conforme segue: 4ª emissão série única (100% CDI + 1,95% a.a.); 5ª emissão série única (100% do CDI + 4,50% a.a.) e 6ª emissão série única (100% do CDI + 1,80% a.a.). Vide nota explicativa nº 16.3.  
(ii) Referência à captação de R\$55.000 junto ao Banco Santander, com vencimento em 15 de março de 2021 e juros de 100% do CDI + 3,80% a.a.  
(iii) Modalidade de empréstimo similar à nota promissória, com emissão de título no mercado externo. Na mesma data de captação de recursos em moeda estrangeira (USD), a controladora controlou operação de Swap com a mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxa pré-fixada de 3,35% a.a. + IR por 100% do CDI + 1,90% a.a., sendo liquidada integralmente em 12 de junho de 2020.  
(iv) Refere-se a captações de recursos financeiros através da emissão de Letras de Câmbio pela controlada SAX negociadas com a Instituição Financeira XP Investimentos com prazos de dois e três anos. Juros Pós Fixado de 113,00% a 120,00% do CDI e Juros Pré Fixado de 4,70% a.a., para vencimento em dois anos, e Juros Pós Fixado de 115,00% a 128,00% do CDI e Juros Pré Fixado de 8,20% a.a., para vencimento em três anos.  
(v) Refere-se a captações de recursos financeiros através da emissão de Notas Promissórias Comerciais em 10 Séries (quatro notas cada série), com vencimentos de janeiro de 2020 a julho de 2022 e taxa de 100% do CDI + 1,75% a.a.  
(vi) Em 21 de maio de 2020, a Companhia efetuou a captação de R\$70.000 através da emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) com a Caixa Econômica Federal, com vencimento em 19 de maio de 2022 e juros de 100% CDI + 4,03% a.a.  
(vii) Entre 30 de julho e 29 de setembro de 2020, a controlada SAX efetuou a captação de R\$7.000 mediante emissão de DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial, com prazo de 2 anos e juros de 100% CDI + 1,70% a.a.  
(viii) Entre 11 e 19 de novembro de 2020, a controlada SAX efetuou a captação de R\$39.123 mediante emissão de CDB - Certificado de Depósito Bancário, com prazo de 2 anos e juros de 130% a 138% do CDI.  
(ix) No decorrer do 4º trimestre de 2020, a Companhia efetuou captações de R\$100.000 mediante a emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) em diversos bancos, com taxa de emissão de R\$418, vencimentos entre junho de 2021 e novembro de 2025 e taxas de 100% do CDI + 3,00% a 7,31% a.a.

## 16.3. Debêntures

	Controladora	2020	2019
<b>Debêntures não conversíveis</b>			
4ª emissão	300.000	21/06/2018	21/06/2021 (i)
5ª emissão - 2ª série	50.000	24/01/2019	26/04/2021 (ii)
6ª emissão - série única	55.000	28/02/2019	22/02/2021 (iii)
Total principal	-	-	-
Custos de transação a apropriar	(128)	(3.698)	-
Juros a pagar	946	4.287	-
Total emissão	<b>40.068</b>	<b>331.044</b>	-
(i) 4ª emissão de Debêntures não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, com prazo de três anos contados da data de emissão com remuneração de 100% do CDI + 1,95% a.a. Em 11 de março de 2020, a Companhia efetuou a liquidação antecipada desta emissão.			
(ii) 5ª emissão de Debêntures não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, com prazo de um ano e seis meses contados da data de emissão, com remuneração de 100% do CDI + 1,90% a.a. Adicionalmente, as debêntures serão amortizadas trimestralmente a partir de 24 de julho de 2019. Em função do cenário econômico, em 17 de abril de 2020, a Companhia renegociou essa operação, cujos encargos passaram a ser de 100% do CDI + 4,50% a.a., com amortização de juros semestral, e o principal com vencimento em 26 de abril de 2021.			
(iii) 6ª emissão de Debêntures não conversíveis em ações, em série única, com prazo de dois anos contados da data de emissão, com remuneração de 100% do CDI + 1,80% a.a. Adicionalmente, as debêntures serão 65% amortizadas em 20 de fevereiro de 2020 e 35% amortizadas no vencimento em 22 de fevereiro de 2021.			

## 16.4. Movimentações dos empréstimos e financiamentos

	Controladora	2020	2019
Debêntures	331.044	8.826	(8.597)
Notas promissórias - Safra	178.886	7.136	(1.817)
Resolução nº 4131	55.000	2.660	57.660
"Fixed Rate Notes" - Votorantim	31.822	7.233	(1.269)
Cédula de crédito bancário - Votorantim	17.939	738	(738)
Cédula de crédito bancário - Caixa Econômica Federal	70.000	2.609	(2.502)
Cédula de crédito bancário - diversos	99.582	749	(324)
Finame	4.468	133	2.463
FINEP	3.948	1.863	(1.800)
Fornecedores - convênio	104.747	1.833	21.327
	569.798	31.947	(17.185)
	<b>436.948</b>	<b>436.948</b>	

	Controladora	2020	2019
Debêntures	331.044	8.826	(8.597)
Notas promissórias - Safra	178.886	7.136	(1.817)



# Demonstrações Financeiras

# marisa

MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

A DIRETORIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTADORA - Debora Aversoni Branco Pedro - CRC SP253347/O-4

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

**Marisa Lojas S.A.** - São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Marisa Lojas S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Marisa Lojas S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**Provisão para perdas de créditos esperadas:** Conforme divulgado na Nota Explicativa 7, a Companhia, por meio de sua controlada direta Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda., administra o cartão *private label*, chamado "Cartão Marisa" e por meio de sua controlada indireta SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, realiza operações de crédito direto ao consumidor. As contas a receber registradas por estas controladas estão sujeitas às análises de risco de crédito e são reduzidas pelo reconhecimento da provisão para perdas de créditos esperadas, que totalizou R\$136.106 em 31 de dezembro de 2020 conforme divulgado na referida Nota Explicativa. Consideramos a provisão para perdas de créditos esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que é uma estimativa que requer julgamento significativo, além de um conjunto de fatores a serem considerados pela administração na determinação do seu valor, tais como: níveis de inadimplência, políticas de renegociação e o histórico da qualidade da carteira. Adicionalmente, destacamos a importância do processo de estimativa pela relevância dos montantes envolvidos, alta pulverização (tiquete médio baixo) e alto volume das operações, bem como em virtude dos possíveis impactos da pandemia COVID-19 na qualidade da carteira, níveis de inadimplência e renegociações.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, teste de conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, análise da razoabilidade da política e sua aderência às normas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, recálculo da provisão com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações, acompanhamento com reavaliação trimestral da provisão em virtude do cenário de pandemia, discussões periódicas com a Administração e a avaliação das divulgações na Nota Explicativa 7 as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de créditos esperadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Provisão para demandas judiciais tributárias:** A Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão em 31 de dezembro de 2020 era no montante consolidado de R\$81.972, conforme divulgado na Nota Explicativa 20. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias requerem julgamento por parte da administração, que conta com o suporte das opiniões legais dos seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que são base para exercer esse julgamento, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e o desenvolvimento das disputas tributárias nos tribunais, podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de forma relevante. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia é parte em disputas tributárias que somam R\$935.591, as quais não estão provisionadas nas demonstrações financeiras consolidadas devido à avaliação por parte da administração, suportada por seus assessores jurídicos externos e internos, de que o prognóstico de perda é possível. Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades

de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da administração em conjunto com os assessores jurídicos externos e internos da Companhia.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais tributárias. Analisamos as provisões reconhecidas e os processos divulgados relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a revisão da documentação suporte, pareceres e opiniões legais, bem como as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo tributário. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Nota Explicativa 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para demandas judiciais tributárias, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Ambiente de tecnologia:** Devido ao volume de transações e pelo fato das operações da Companhia e suas controladas serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, somados à natureza do seu negócio e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia como um principal assunto de auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam nossas demonstrações financeiras. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, gestão de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação temporária de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela administração da Companhia. Adicionalmente, analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Por fim, avaliamos o processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis e executamos testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas da Companhia. Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos. Identificamos deficiências nos controles de concessão de acessos, gestão de acessos de transferidos, gestão de acessos de prestadores de serviço e revisão periódica de perfis de acessos. Além de algumas oportunidades de melhoria nos parâmetros de senhas das aplicações. As deficiências no desenho e operação dos ITGCs alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2020. Levando isto em consideração, os resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2021.



ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-ZSP034519/O-6

Patricia Nakano Ferreira  
Contadora CRC-1SP234620/O-4